

ARMADILHAS MODERNAS: RESSENTIMENTO E PERDÃO

Henrique J. Leal F. Rodrigues
Analista Reichiano
Diretor do Instituto de Formação e Pesquisa Wilhelm Reich

“Você que inventou esse Estado
Inventou de inventar
Toda escuridão
Você que inventou o pecado
Esqueceu-se de inventar
o perdão.”
(Apesar de você – Chico Buarque)

RESUMO

Neste artigo analisamos como a sociedade cria aparatos de reprodução da ideologia dominante, e/ou de repressão à livre, e crítica, circulação de idéias e informações. Como estes ao se estruturarem produzem, ou reforçam, as relações de dominação e alienação sócio-político-espaciais, servindo para a distorção e esvaziamento de uma ação político-social. Como o ressentimento, o esquecimento, a anistia e o perdão são articulados no intuito de preservar e conservar o funcionamento operante das representações e regras sociais para sustentarem ou não a continuidade estabelecida.

PALAVRAS-CHAVES

Repressão – Ideologia – Ressentimento – Perdão

ABSTRACT

In this article we analyse how society creates instruments of reproduction of a dominant ideology and represses the free and critic circulation of ideas and informations. We demonstrate also how these kind of structure produces or reinforces the social, political and spatial relations of dominance and alienation, serving to distort and dump a political and social action that leads to a better life quality to the individual and the society. Questions about resentment, oblivion, amnesty and forgiveness are articulated in a particular way attempting to preserve and conserve the operative function of the social rules and representations that supports what is already established.

KEY-WORDS

Repression – Ideology – Resentment - Forgiveness

INTRODUÇÃO

A atualidade do mundo dito moderno pode ser descrita pela intensa e massiva onda de informações e discursos que nos chegam instantaneamente pelos mais diversos canais virtuais ou não.

Estas informações e discursos não tem em si uma garantia de que suas fontes de origem são confiáveis, o que faz que seu conteúdo fique na maioria das vezes impregnado e transversalizado por idéias ou pontos de vista que traduzem parcialidades, e mesmo manipulações, objetivamente direcionadas a uma apreensão distorcida ou maniqueísta do fato. Eles traduzem, de modo explícito, um campo de idéias que se esconde no manto do implícito, a ideologia.

Cada um de nós já provou o doce amargor de notícias e edições de imagens que mostravam para os leitores, ou telespectadores, e mais recentemente internautas, uma avalanche asfíxiante e contraditória de pontos de vista, resultados de pesquisas comprovadas ou não, relatórios científicos, imagens que “falam por si”, etc.

Estas informações vem corroborar para uma estruturação do pensar social, muitas vezes esvaziada de seu conteúdo reflexivo e que geralmente direcionam o olhar dos indivíduos para um lugar onde o pensamento de determinadas categorias hegemônicas funda uma visão político-social de verdades comumente aceitas como forma de se determinar as ações da sociedade.

Reich, como pensador de seu tempo, já refletia e analisava criticamente os movimentos político-sociais e suas conseqüências para a humanidade. Foi assim em suas obras *Assassinato de Cristo* e *Psicologia de Massas do Fascismo*.

O seu olhar de cientista e organomista não era de um mero espectador da realidade, mas de um pensador que acreditava serem a ciência, a sociedade e o ato político, questões interligadas e em intensa articulação entre si. Não bastava produzir conhecimento, era fundamental transformá-lo em ato, em ação social. E mais ainda, considerar que a informação manipulada ou carregada de neurose só fortalecia a Praga Emocional e, por conseguinte, a destruição do amor, do conhecimento e da democracia do trabalho.

Reich como agente da transformação social se engajou tão intensamente nos movimentos sociais (SEXPOL, a esquerda freudo-marxista, etc) que nos suscita

sempre a questão de se houve algum momento de sua vida em que a teoria, o método e a pesquisa não estiveram a serviço de seus ideais e ações político revolucionárias.

Construiu sua obra e sua práxis social fundada na idéia de que o amor, o trabalho e o conhecimento são em si as fontes de nossa vida e, sendo assim, deveriam também governá-la. Apontou com rara clareza para uma sociedade que jamais deveria se esquecer de seus alicerces fundamentais que são, em última instância, as bases da transformação dos indivíduos e dos seus grupos sociais.

Partindo destes pressupostos, emerge o objetivo deste trabalho:

Pensar como a sociedade cria aparatos de reprodução da ideologia dominante, e/ou de repressão à livre e crítica circulação de idéias e informações. Como estes aparatos ao se estruturarem produzem, ou reforçam, as relações de dominação e alienação sócio-político-espaciais, servindo para a distorção e esvaziamento de uma ação político-social que vise uma melhor qualidade de vida do indivíduo e da sociedade. Como questões como ressentimento, esquecimento, anistia e perdão são articulados no intuito de preservar e conservar o funcionamento operante das representações e regras sociais que sustentem a continuidade do já estabelecido.

Assim, para se poder atuar no conteúdo visível ou invisível desta realidade se torna necessário uma re-discussão dos caminhos que a sociedade atual trilha, para que assim se fortaleça um objetivo maior: que a práxis social e política possa se estabelecer em uma sociedade forjada na promoção da saúde somato-psíquica (profilaxia das neuroses), e onde a praga emocional não encontre espaço para se desenvolver.

APARATOS DE REPRODUÇÃO E REPRESSÃO

No texto, os conceitos de *Aparatos de Reprodução e Repressão* se originam do conceito de *Aparelho Ideológico de Estado*, desenvolvido por Louis Althusser em sua obra "*Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado*", um ensaio marxista que procura discutir o papel da ideologia na Formação Econômico-Social¹ no século XX. Embora a base conceitual inicial se sustente em Althusser, há uma clara subversão do conceito inicial em decorrência da inserção das idéias contidas no conceito de

¹ Entende-se por Formação Econômico-Social a articulação de diferentes modos de produção, em um dado contexto espaço-temporal, mas que são determinados por um específico modo de produção que se torna hegemônico sobre os demais.

liberdade de Michel Foucault e nos conceitos de *praga emocional e auto-regulação* de Wilhelm Reich .

De acordo com Althusser, os *Aparelhos Ideológicos de Estado* não são passíveis de serem confundidos com o que se designa por *Aparelhos Repressivos de Estado*. Estes *Aparelhos Repressivos de Estado* tem vida e características indissolúvelmente ligadas ao Estado, na tentativa na garantir sua preservação e funcionamento. São, deste modo, o Governo, a Administração Pública, a Polícia, as Prisões, os Tribunais, os Asilos e Manicômios, etc. Como se pode perceber possuem uma carga, ou destino desta carga, em direção à manutenção do *status quo*, onde o contexto repressivo, violento ou mais sutil, traduz a necessidade do Estado de controlar a sociedade e os indivíduos.

Para Althusser, os *Aparelhos Ideológicos de Estado* se organizam de modo mais sutil, e talvez muito mais perigoso, pois são importantes e facilmente digeríveis em sua construção repressora. Sua ação é mais perene e duradoura, se cristaliza suavemente no campo das idéias, forjando verdades que ajudam a controlar e dar direção à sociedade, às culturas e aos indivíduos, independentemente de sua classe social. São estes as Políticas Públicas, os Sistemas de Saúde Pública, a Família, a Ciência, o Sistema Jurídico, os Sistemas de Informação e Formação, as Religiões, etc.

Para Althusser o que distingue um *Aparelho Ideológico de Estado* de um *Aparelho Repressivo de Estado* é o seu objetivo de ser um reprodutor da ideologia hegemônica dos interesses estatais, enquanto a violência seria a linguagem mais comumente usada pelo *Aparelho Repressivo de Estado*.

Cabe enfatizar que tais aparelhos podem ser, e são, da esfera pública e privada, não havendo em sua articulação muitas contradições a priori, pois ambos possuem o mesmo objetivo: manutenção e funcionamento controlado da realidade.

As idéias conceituais de Althusser trazem uma reflexão importante para a relação ideologia e repressão, mais ainda, ele foi um dos primeiros a refletir que se bem o público e o privado possam parecer diferentes e contraditórios, na sua real razão de existir ambos possuem os mesmos fins.

Porém, Althusser apresenta em sua análise alguns equívocos. Em primeiro lugar, a dialética da Formação Econômico-Social é percebida de modo engessado através da abordagem estruturalista, que impõe uma dicotomia na inter-relação das instâncias (estruturas) sociais. Em segundo lugar, a não percepção de que as questões levantadas são comuns tanto ao pensamento e à prática, capitalista, quanto socialista.

E finalmente, acreditar que a violência explícita da repressão não faça parte dos *Aparelhos Ideológicos do Estado*, pois nestes a diferenciação entre explícito e implícito é comumente transgredida e é muitas vezes imperceptível *a priori*, como podemos ver nos atos explícitos (tortura) ou implícitos (conversão) do Santo Ofício na tentativa de salvar a alma do herege, e assim manter a hegemonia da doutrina da fé católica romana, ou nas formas de controle e de punições com que as famílias e a sociedade tratam a sexualidade (por exemplo) de nossas crianças e adolescentes.

Percebe-se que para Althusser, as questões estão ligadas ao Estado como agente principal tanto na repressão, quanto na reprodução da ideologia hegemônica e, deste modo, o indivíduo apenas faz parte de um todo. Ele não é considerado em sua existência privada, mas sim como parte de uma engrenagem maior.

O conceito de *liberdade* em Foucault acrescenta novos horizontes ao entendimento do que ora denominamos de *Aparatos de Reprodução e Repressão*, pois causa uma inversão na idéia de que se necessita de instituições para a garantia da *liberdade*, seja individual, seja social.

“Foucault defende que a liberdade é um dos bens primordiais do ser humano e que nada pode garantir a sua existência e permanência. A liberdade é um estado nela mesma, logo “(...) a liberdade dos homens (...) não é jamais assegurada pelas instituições ou leis que pretendem garanti-la. É por esta razão que quase todas as leis e instituições podem ser subvertidas. Não porque sejam ambíguas, mas simplesmente porque liberdade é aquilo que deve ser praticado. (...) A garantia de liberdade é a liberdade.(...) Se alguém achasse um lugar, e talvez haja este lugar, onde a liberdade é realmente exercitada, este alguém iria descobrir que isto não é a ordem das coisas, mas, insisto, à prática de liberdade (...) A garantia da liberdade é a liberdade” (Foucault, 1994: 139)”. Assim pode-se pensar que nunca a uma construção humana, um ambiente social, garantiria a liberdade (...). “ (Rodrigues, 2006: 136)

Como se pode perceber, a inversão no campo ideológico é clara. A *liberdade* não é fruto de uma conquista institucionalizada pelo Estado, ou por seus governos, não é um bem determinado e garantido por leis ou regras político-sociais, mas é, em si, a própria existência, a razão de ser do indivíduo. A *liberdade* e sua razão de existir, transgridem o campo das idéias e necessitam de uma atitude onde a garantia de existir (ser) seja sua prática (ou melhor práxis) social, pública e privada. Foucault aponta para um questionamento muito importante, quando sustenta que a *liberdade* só é para ser praticada. Logo ela é, em si, subversiva e perigosa para o Estado e suas representações político-sociais. A *liberdade* não cabe em uma democracia formal, é

subversiva por demais, logo deve ser reprimida, domesticada e controlada em sua existência social e individual.

Assim, os *Aparatos de Reprodução e Repressão* se tornam incontestes como instrumentos cerceativos, não mais do Estado formal althusseriano-marxista, mas para muito além deste, ou seja, dos próprios estados gerais que ordenam ideologicamente, consciente ou inconscientemente, a sociedade e todas as suas instâncias públicas e privadas. A repressão é necessária para o controle desta *liberdade*, e esta repressão se apresenta em questões cotidianas na sociedade. As *liberdades* (de escolha, de ir e vir, entre outras) tão caras e propagadas pela democracia formal podem ser, dependendo do momento conjuntural ou das forças que se articulam, reduzidas ou impedidas legalmente de existirem. Nos mais diferentes contextos e espaços sempre há a possibilidade de se perder a noção, de fato, do que é *liberdade*.

Por exemplo, há *liberdade* de escolha para se abortar? Ou para consumir o que se deseja?

Se o Estado legisla e reprime tais possibilidades, na realidade há uma arbitrariedade, pois um grupo ideológico hegemônico imporá uma idéia de democracia centralizada nos interesses e poderes de quem legisla e reprime (mesmo que se esteja falando de uma democracia representativa).

Outro ponto a se refletir sobre o papel do Estado dito democrático, seria a relação entre violência e tráfico de *drogas*, onde quase sempre se apresenta como vilão aquele que pratica o delito (o traficante). Na maioria das análises, o grande vilão social é a miséria ou o usuário. Porém, quase nunca se discute o que há por trás deste contexto, mas que sempre está visível: um sistema econômico-social perverso que se baseia no pensamento hegemônico de determinados grupos econômico-sociais e em suas propostas político-ideológicas de controle e repressão.

Seria a legalização das *drogas* uma apologia ao crime, ou um incentivo ao aumento e ao uso indiscriminado delas? Seria um acirramento do já grave problema social? Mas por que outras *drogas* como o álcool ou cigarros são legalizados? Qual a diferença médico-clínica ou político-social que justifica a seletividade da legalidade?

Se o problema já existe, o que leva o Estado, seus *Aparatos de Reprodução e Repressão* e a própria sociedade a lutar com tanto ardor pela continuidade de estado de ilegalidade de certas *drogas* e a não ilegalidade de outras?

Pode se pensar que esta aguerrida defesa pela ilegalidade é uma tentativa de se manter o controle e dominação ideológica sobre parte da sociedade, fazendo com que

os indivíduos acreditem cada vez mais no poder do Estado como um grande pai, cuidador e legislador e, por vezes (muitas), repressor. Este estado das coisas garante a alienação e a docilidade da sociedade, tanto por meios duros quanto sutis.

No referido caso do tráfico nas comunidades cariocas conhecidas como favelas, por exemplo, podemos pensar nas duas vertentes da ação dos *Aparatos de Reprodução e Repressão*. A primeira, apresenta contornos mais duros e explicitamente visíveis, ou seja, a repressão agressiva ao tráfico via BOPE, CORE, Policiamento Tático Ostensivo, Helicópteros, atiradores de elite ... visando o cerceamento ao consumo, a invasão das bocas e a prisão ou desmantelamento das *unidades de carbono* defeituosas (os traficantes). A segunda, surge aos nossos olhos em níveis mais sutis de repressão e pouco visíveis para quem não vive o cotidiano dos morros ... a repressão ao tráfico como mecanismo de controle, contenção e afirmação do poder da ideologia hegemônica sobre as populações faveladas².

A questão aqui em pauta não é de se discutir se a sociedade ou o Estado deve ou não legalizar as *drogas*, mas sim discutir como os *Aparatos de Reprodução e Repressão* se articulam na tentativa de manter o foco principal do problema (o controle e o estado de submissão), ou pelo menos a sua abrangência, fora do campo das reflexões mais profundas e revolucionárias das grandes questões deste mundo dito moderno.

Acreditar que a democracia formal garante a *liberdade* e pensar ser possível uma *liberdade* garantida institucionalmente, é como Foucault acima já nos apontou: é bem pouco crível para ser verdade.

RESSENTIMENTO, VINGANÇA E PRAGA EMOCIONAL

“A vingança é um prato que se come frio”
(ditado popular italiano)

*“A fera capturada que morde o caçador não está tentando se vingar;
está tentando se livrar do cativo”*
(Nietzsche)

² Cabe enfatizar que foi feita uma escolha, arbitrária, que determinou um corte na enorme gama de situações que poderiam se enquadrar neste caso. Algumas seriam até mais claras para quem lesse, mas a opção teve o intuito de demarcar a questão da repressão visível, ou menos visível, da necessidade da sociedade controlar os seus cidadãos. Se por acaso fosse a intenção, se poderia escolher outros mecanismos de intervenção ideológica de controle: escola, ONG's, televisão, projetos bairro-comunidade, neste mesmos locais, atuando como mãos visíveis do controle.

O ressentimento e a vingança são muitas vezes conceitos que se complementam, mas quando a vingança se realiza, esta se torna refém do ressentimento. Ser agente de uma *vendetta* coloca o indivíduo preso a um estado neurótico de não liberdade, de não satisfação, de um prazer parcial. Mas, será que ao se perdoar, o estado de ressentimento se esvai, eliminando o estado de permanência, de se estar refém? Será que o perdão aproxima o indivíduo do prazer verdadeiro, genital ou, pelo menos, não neurótico?

Maria Rita Kehl afirma que o ressentimento é um tema da atualidade clínica e política, não separando um do outro, e procura conceitua-lo como:

“O ressentimento é uma constelação afetiva que serve aos conflitos característicos do homem contemporâneo, entre as exigências e configurações imaginárias próprias do individualismo, e os mecanismos de defesa do eu a serviço do narcisismo. A lógica do ressentimento privilegia o indivíduo em detrimento do sujeito, e contribui para sustentar nele uma integridade narcísica que independe do sucesso de seus empreendimentos. Adiantando a hipótese de que a versão da falta, no ressentimento, é interpretada com prejuízo. “ (Kehl, 2004: 11)

Com a ampliação deste conceito para o campo político-social pode se perceber que o indivíduo e a sociedade seriam indissolúveis e sofreriam o mesmo *prejuízo*. Os mecanismos de defesa social seriam ocupados pelos *Aparatos de Reprodução e Repressão*, que não representariam somente o Eu, mas um Super-Eu (social). O seu papel objetivaria manter com o estado de ressentimento um mecanismo de controle e manipulação do poder hegemônico que visaria a manutenção do seu *modus operandis*.

Ainda de acordo com Kehl (2004: 11) *“ressentir-se significa atribuir ao outro a responsabilidade pelo que nos faz sofrer. Um outro a quem delegamos. Em um momento anterior, o poder de decidir por nós, de modo a poder culpá-lo do que venha fracassar.”* Aqui, se pode tentar compreender a importância dos *Aparatos de Reprodução e Repressão* para o bom funcionamento do poder hegemônico, e da não responsabilidade social dos indivíduos com as conseqüências de sua utilização. Neuroticamente, a sociedade cria um representante de seu desejo de resolução, lhe dá o poder de agir em seu nome, mas se dá o direito de não se comprometer com os resultados, ou melhor, cria uma brecha de descarga de sua angústia de culpa, e se aliena de sua cumplicidade, deixando recair nas costas de sua própria criação, *Aparatos de Reprodução e Repressão*, todas as responsabilidades, críticas, culpas e punições.

Kehl, aponta ainda para o ressentimento como algo há muito pensado por outros teóricos, como Nietzsche e Max Scheler. Scheler acreditava ser o ressentimento um *auto-envenenamento psicológico* que produz ações acusadoras e fantasias vingativas que deformam as faculdades do ser humano de julgamento, de juízo, logo gerando um *pre-juízo* que transborda de si em direção as relações e ao mundo em que vive³. No entanto, se deve entender que o ressentido, embora seja um ser vingativo, não se reconhece como tal, o que o torna um indivíduo manipulador e perigoso no trato com o outro. O sentimento culpa é colocado como um instrumento de retaliação ao outro, impondo a este uma culpa que é do próprio ressentido. Será através desta distorção que produzirá uma atitude que justificará as ações futuras de vingança e destruição.

Para Kehl (2004: 14), para que o ressentimento se estabeleça é fundamental que haja uma relação de dependência infantil, onde a fantasia da existência de um outro forte, poderoso e protetor possa reconhecer o valor do ressentido. Logo, “*o ressentimento também expressa a recusa do sujeito em sair da dependência; ele prefere ser ‘protegido’ - ainda que prejudicado – a ser livre, mas desamparado*”.

Deste modo, é permitido pensar que esta necessidade de amparo, mesmo com a perda da identidade e da *liberdade*, que no caso do ressentido é tão grande, que ao se ampliar esta idéia para o campo político-social se verifica explicitamente como o Estado pode se utilizar destas premissas, e assim se organizar com seus *Aparatos de Reprodução e Repressão* no intento de manter a sociedade escravizada e oprimida, garantindo assim sua hegemonia e domínio.

Um ponto interessante no pensamento de Kehl (2004: 19), é que “*talvez seja possível afirmar que o derrotado só se torna um ressentido quando deixa de se identificar como derrotado e passa a se identificar como vítima, sobretudo de vítima ‘inocente’ de um vencedor que, nesses termos, passa a ocupar o lugar de culpado.*” Dentro de uma perspectiva funcional, é neste ponto que se instaura uma inversão, pois o sujeito deixa de ser responsável e ativo em seus atos e relações e, de modo encorajado, se remete a uma queixa de incompreensão dos fatos geradores de seu estado. Inicia-se, assim, uma criativa e perversa manipulação psíquica que projeta a culpa, a agressividade e a vingança em direção ao outro, retirando de si a

³ Se percebe uma semelhança entre o pensamento de Max Scheler e o de Wilhelm Reich, pois ambos imputam a um envenenamento psíquico, no caso de Reich a um encorajamento, o praguemento do indivíduo e da própria sociedade.

responsabilidade. No contexto do indivíduo, tais ações tendem a produzir, a princípio, consequências relativamente restritas a ele e a determinados grupos sociais próximos. No entanto, quando esta ação é expandida para o campo político-social, este praguemento causa consequências catastróficas e de marcas indelévels.⁴

Tais atitudes corroboram uma ação política que objetiva o controle da forças que regem a sociedade, fazendo que o medo seja uma extensão das ações de agressividade e culpabilização do outro, gerando um descompromisso e alienação para se outorgar o dever de reagir e modificar a dinâmica do ressentimento e de sua consequência imediata, a vingança.

Neste ponto, o conceito de *praga emocional* pode ajudar a dar algum contorno a estas questões, pois para Reich este conceito tem uma grande importância para a discussão do encorajamento social e de suas consequências.

Reich, apresenta a *praga emocional* como uma biopatia crônica do organismo, como uma patologia endêmica, onde a realidade é distorcida pelas instituições e pelos organismos criticamente encorajados. Na família, na política, nas instituições, nas fofocas, na pornografia, no ódio racial, no moralismo ou em qualquer quadro que distorça e destrua a vida como um bem vivo, lá estará para Reich a *praga emocional*. Ela se instala em todo aquele cujas *expressões auto-reguladoras naturais* foram reprimidas ou suprimidas, desenvolvendo *formas artificiais de movimento*, perturbações no fluxo de energia e nos pensamentos. A *praga emocional* dirige um ódio mortal a tudo aquilo que é saudável e que lhe parece ser uma provocação, já que está em desacordo com sua maneira de viver.

Reich enfatiza ainda que a educação é a principal tarefa e que formar crianças *saudáveis* é um trabalho árduo que exige atenção constante, sobretudo por ter que enfrentar o comportamento biopático oriundo da frustração sexual e da agressividade presente nas relações humanas.

Matthiesen, nos apresenta dentro do pensamento funcional uma pequena, mas importante expressão do praguemento emocional, gerador de ressentimento e vingança naqueles que se vêm reprimidos em sua *liberdade* de ser e viver por membros incontestes dos *Aparatos de Reprodução e Repressão*:

⁴ Pode se oferecer como exemplos: os extermínios produzidos pelo paranóico Stalin nos seus Gulags, o conflito israelense-palestino, a política intervencionista de George W. Bush, os campos de extermínio nazistas, a limpeza étnica dos Balcãs, o tráfico negreiro, etc

“Assim, muitas vezes, alguns educadores - pautados teoricamente por algum bom propósito - internam os adolescentes em reformatórios para que não tenham relações sexuais ou punem as crianças por desfrutarem de jogos genitais, refletindo uma educação que anula o que há de vivo nelas, tornando-as vítimas de maus-tratos e da repressão sexual que proíbe o amor justamente em época de florescente maturação sexual.” (Matthiesen, 2005)

A conseqüência imediata desta repressão é a produção de organismos encoraçados e com um grave comprometimento em sua saúde somato-psíquica. Pode-se perceber que Reich, em sua aguda perspicácia clínico-social detectou e descreveu com precisão o funcionamento patológico da sociedade encoraçada, apontando como a *praga emocional* se instaura gerando desconexões entre a vida saudável e o bem estar social, produzindo um mal estar, um ressentimento e ações fantasiosas (e reais) de destruição e vingança.

O pensamento funcional se funda em uma saúde somato-psíquica que está em íntima relação do organismo com seus diferentes campos de relação. Para mudar o estabelecido se necessita não esquecer a história geradora do agravo, do encorçamento, seja do indivíduo, seja da sociedade. Não esquecer sim, mas para criar as condições para a dissolução do encorçamento, dos agravos, dos ressentimentos e das neuróticas distorções geradoras da *praga emocional*.

No entanto, para Nietzsche o ressentido sofre de um impedimento de esquecer, não se permite esquecer o agravo, e talvez por isso necessite tanto de ter a seu lado o poder da vingança. *“Por isso, não pode entregar-se ao fluxo da vida presente. Em Nietzsche, a memória é doença. O tempo não pode ser detido; a vontade não pode ‘querer para trás’, isto é, corrigir o fluxo de suas escolhas passadas. A vida, para Nietzsche, jamais poderia ser esmagada pelas promessas de vida futura. A vida imortal é essa, que vivemos agora. O ressentido sofre porque se dá conta de que deixou de viver o que o momento lhe oferecia, e quer acusar os fortes, que sabem dizer ‘sim’ à vida, do prejuízo pelo qual ele é o único responsável.” (KEHL, 2004: 27)*

Pode-se acreditar que o que passou passou, mas se não houver possibilidade de modificar o rumo da história, o ser humano deixa de ser ativo e transformador, regido pela pulsão de vida, e passa a ser um mero instrumento da pulsão e de suas representações. Deste modo, caberia em especial a um ressentido permanecer preso ao agravo, não se desvinculando da culpa e de se esquecer dela. Logo, a vingança seria um prazer imediato a ser vivenciado, mesmo que parcialmente, mas lhe traria um

alívio, mesmo que efêmero.

Neste ponto, deve-se pensar na idéia de esquecimento. Esquecer é não se alienar dos agravos e das vivências não mais desejantes, e acreditar que com isso a solução foi encontrada. Esquecer é assumir a impermanência, a *liberdade* de ser livre das memórias não queridas, mas sem no entanto apagá-las de dentro de si.

Mas, como esquecer o atos e fatos que nos causaram dor? Que trouxeram destruição e desejo de vingança? Como esquecer extermínios, torturas e violências engendradas por indivíduos ou por políticas de Estados arbitrários (sejam ditaduras ou democracias formais?).

Deixar de se ressentir, de se vingar, de devolver o ato de dor causada é necessário para o fim do empragueamento emocional e do encouraçamento do indivíduo e da sociedade. Porém, esquecer as causas que as geraram é impossível, e politicamente equivocado.

Esquecer jamais...mas perdoar...será possível?

NÃO ESQUECIMENTO, PERDÃO E AUTO-REGULAÇÃO

*“Você quer ser feliz por um instante?
Vingue-se
Você quer ser feliz para sempre?
Perdoe”
(Tertuliano)*

Inicialmente, pode-se pensar o ressentimento social como uma manifestação da “(...) *insatisfação dos grupos ou classes para quem as promessas de igualdade de direitos entre todos os sujeitos nascidos na modernidade não se cumpriram como era esperado; só que a atitude ressentida, de passividade queixosa, torna os sujeitos impotentes como agentes da transformação política que lhes interessa.*” (KEHL, 2004: 27)

Bem, se as promessas não são cumpridas, não cabe a sociedade a passividade ou o sentimento de vingança. Se as promessas não são cumpridas devem todos os que nela acreditaram transformar a frustração em, pelo menos, uma tentativa de cumprir com o que se acreditou ser possível da mensagem prometida.

Se, por exemplo, os judeus se submetessem a frustração milenar de uma terra prometida que dificilmente se realizava, hoje, como ontem, não teriam conquistado

um lugar para o fim da tão dolorosa diáspora. Logo, acreditar, não na vingança, não na submissão, mas sim na possibilidade de transformação, é fundamental para que os grupos sociais, e o próprio indivíduo, possam alcançar uma vida mais saudável.

Porém, infelizmente, para alcançar um desejo, muitas vezes o conflito emerge fruto dos interesses inconciliáveis da crença mesquinha da desigualdade, de que uns são mais eleitos do que outros.⁵

“O avalista dessa desigualdade nas sociedades modernas é o Estado, do qual os indivíduos esperam proteção e garantias. O Estado deveria ser o mediador das disputas de interesse e da rivalidade entre esses iguais/desiguais; sua função seria a de promover segurança e justiça, monopolizando os meios para o exercício da violência, quando esta for necessária, de modo a garantir uma convivência pacífica e intermediar a resolução dos conflitos entre cidadãos. O monopólio pelo estado do papel de avalista transforma os indivíduos, de bárbaros guerreiros em cidadãos cordatos, dependentes de proteção e temerosos de castigo, Nessa passagem, há um ganho de civilidade e uma perda de autonomia.” (Kehl, 2004: 207)

O Estado, a que Kehl se refere, pode ser subvertido de sua abrangência nacional para uma muito maior, a dos interesses trans-corporativos internacionais. Neste caso, os *Aparatos de Reprodução e Repressão* se organizam não mais como um braço estatal, mas como um meio de ameaça real e imediata, produzindo marcas que dividem os indivíduos, subtraem seus direitos, multiplicam seus deveres para, assim, somar mais poder e lucro para o grupos hegemônicos.

Mas, como modificar esta estranha e perversa funcionalidade político-social?

Para Reich, a educação, o resgate da vida natural e o desencouraçamento social, são os caminhos mais importantes para um mundo novo a ser construído. Deste modo, para se alcançar a mudança qualitativa da sociedade e dos indivíduos, se deve lutar para o reconhecimento singular de cada indivíduo, permitindo que cada um possa, a seu tempo, buscar uma transformação profunda no seu modo de operar e viver. Do pequeno para o grande, da dissolução das couraças do organismo em direção a uma sociedade libertária.

Mas não se pode esquecer o que gera a dor, a neurotização e o encouraçamento. Mas é razoável que cada evento seja decodificado e modificado em um constante e longo enfrentamento entre as forças da manutenção e as da ação transformadora.

⁵ A terra é uma, a Palestina, os povos irmãos são semitas, mas a praga é de todos.

Há neste movimento de desencouraçamento, o reconhecimento de um novo contrato, onde a priori surge a necessidade de uma mudança que, para ser vivida, precisa de uma certa dose de com-paixão, que se sustenta no sentimento de se ter que se permitir o perdão (a si, aos outros, etc).

A questão do perdoar é difícil e dolorosa, e muitas vezes a encaramos como algo religioso e altruísta, mas perdoar pode ser o início necessário de uma mudança comportamental⁶, ou uma ação política consciente e imprescindível para a reconciliação⁷.

Edgar Morin, em seu texto *“Pardoner, c’est résister à la crueauté du monde”* procura responder a Jacques Derrida, que apresentou o perdão como um dever excepcional e extraordinário, mas da ordem do impossível, e que seria um ato extravagante e inteligível no mundo atual. Para Morin, Derrida isolou o ato conceitual do perdão, do contexto em que se realiza, ou seja, para Morin o ato político do perdão está imbricado nos contextos psicológicos culturais, históricos de um século (XX) marcado pela organização e efetivação de massacres em massa. Parte de que o problema fundamental de que os autores destes males são responsáveis de uma arcaica e violenta valorização do mal pelo mal (da vingança institucionalizada).

Embora reconheça o círculo infernal da vingança-punição como um grave problema da sociedade dita civilizada, acredita que haja um caminho diferente a este ciclo interminável de dores. A não-vingança como método de produção de uma nova mentalidade geradora de novas possibilidades fundadas na clemência e na anistia como mecanismos modernos do perdão.

Morin, aponta ainda que a contradição do perdoar como idéia e sua execução como práxis política navega entre o desejo de ser mais saudável e justo, e a rebeldia

⁶ Um dos primeiros passos, dos Alcolicos Anônimos (AA), é do indivíduo em atividade (abuso na ingestão de álcool) se perdoar por todos os males causados no decorrer de sua atividade. Pois somente após este passo, é que o indivíduo cria a condição primeira para sair da culpa e da auto-punição, fatores impeditivos para o seu reconhecimento como sujeito de suas novas atitudes com a vida.

⁷ Quando a África do Sul, finalmente, deixou de ser uma neo-colônia dominada pela minoria racista branca, e se tornou independente, o seu primeiro presidente eleito, Nelson Mandela percebeu a delicada situação que herdara de Botha. Ao invés de incentivar a vingança ou a punição irrestrita aos antigos opressores, criou as *Comissões de Verdade e Reconciliação*, onde os injuriados iam lutar pela justiça, mas se aceitassem os pedidos de perdão dos que lhes causaram tanta dor, eles (e na maioria das vezes) os perdoavam. O perdão não implicou em esquecimento dos eventos, mas criou as condições básicas para a integração inter-racial e gerou um mudança de mentalidade tão intensa, que após mais de uma década, a África do Sul, é uma democracia inter-racial e o país mais desenvolvido do continente. Sem vinganças, sem guerras civis, mas com perdão.

da injustiça sofrida que a princípio nos leva a não entender por que sofremos, mas que pede uma retaliação.

Para Morin, a compreensão da adversidade e da conscientização de que apenas o caminho do entendimento seria capaz de modificar os conflitos seculares⁸, implica em primeira instância estarem os indivíduos e a sociedade pré-determinados a viver o perdão como meio de reconciliação político-social.

O pensamento de Morin, se fosse acolhido pela sociedade e seus órgãos institucionais, já que cada um que sofre, tem como ideal um mundo diferente deste que vivemos, poderia causar uma nova onda de pensar e agir. Pensar nesta mudança de mentalidade é profundamente reichiano, pois a busca de Reich, embora por outro viés, tem como fim uma sociedade viva, amorosa e produtora de ações saudáveis, onde a auto-regulação do organismo humano geraria a própria auto-regulação social.

Acreditar em um mundo auto-regulável, governado pelo amor, pelo conhecimento e pela democracia do trabalho, só será possível com o desmantelamento dos *Aparatos de Reprodução e Repressão*, bem como na mudança de paradigmas. Em outras palavras, para um mundo não pragueado emocionalmente, uma radical transformação de mentalidade e atitudes terá de ocorrer, onde a *liberdade* e o *perdão* (em suas diferentes manifestações) possam ocupar a regência de nossas vidas públicas e privadas em lugar de ser o indivíduo e a sociedade regidos pelo ressentimento, pela culpa e a pela vingança.

CONSIDERAÇÃO FINAIS

“Apesar de você
Amanhã há de ser outro dia.
Ainda pago pra ver
O jardim florescer
Qual você não queria.”
(Chico Buarque – Apesar de você)

O ressentimento e o perdão são conceitos claramente não psicanalíticos ou do saber orgonômico, mas são imprescindíveis para a compreensão do funcionamento da sociedade e dos indivíduos. Sem se entender sua estrutura e contradições, não é permitido entender a abrangência da realidade social, política e pessoal nos dias de

⁸ Se pode citar os infundáveis conflitos entre palestinos-judeus, ETA e Governo espanhol, os conflitos étnicos dos Balcãs, a xenofobia na França, etc

hoje.

Os *Aparatos de Reprodução e Repressão* só podem existir em um mundo marcado pela neurose, pela perversão e pelo ressentimento. Os *Aparatos de Reprodução e Repressão* não conseguem existir em um mundo onde a vida saudável se instaura, onde a vida de cada um é regida pelo amor, pelo conhecimento e pelo trabalho prazeroso.

Reich, Mandela, Luther King, Gandhi, e tantos mais fazem parte de uma seleta lista de visionários que perceberam que a violência, o ressentimento e a vingança só produziam desamor, dor e perdas. Lutaram, cada um a seu modo, para levar a cada ser humano uma nova visão de vida viva, igualitária, orgástica e sábia.

As armadilhas modernas desaparecem com uma sociedade sem couraças que restrinjam sua possibilidade de simplesmente permitir aos seus viver em *liberdade*, serem atentos a seus direitos, serem solidários, cômicos de seus deveres, protetores de seus meninos e meninas, e cuidadores de seu frágil planeta.

BIBLIOGRAFIA

ALTHUSSER, Louis – “*Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*”. Porto: Presença, 1974.

FOUCAULT, M. – “Espaço e Poder: entrevista a Paul Rabinow”. *Revista do Patrimônio*, nº 23. Rio de Janeiro: IPHAN, pp. 139- 145, 1994

KEHL, Maria Rita – “*Ressentimento*”. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

MORIN, Edgar – “*Pardoner, c’est résister à la cruauté du monde*”. www.geocities.com/pluriversu, outubro de 2000.

MATTHIESEN, Sara Q. – “*A Educação em Wilhelm Reich: da Psicanálise à Pedagogia Econômico-Sexual*”. São Paulo: UNESP, 2005.

REICH, Wilhelm – “*O Assassinato de Cristo*”. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

REICH, Wilhelm – “*Psicologia de Massas do Fascismo*”. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

RODRIGUES, Henrique J. Leal F. – “Ansiedades Temores no Ambiente Urbano: Pensando a Relação Sujeito-Cidade”. *Pensamento Reichiano em Revista*. Rio de Janeiro: Publit, nº 1, pp. 131-147, 2006.